

合同自由原則 Princípio de liberdade contratual

買樓租樓，大家都會簽署書面合同，當然不是僅僅為了遵從傳統，而是因為法律對有關行為的訂立形式有所規定。那麼，一般消費交易需要訂立書面合同嗎？

《民法典》第211條規定，除了法律要求透過特定形式訂立的行為外，一般消費交易的形式都是由雙方自由決定，即合同可以“口頭”或“書面”形式訂立。正如日常一些金額較少的交易，商企在商品上標示價格，消費者認同有關價格，便向商企付款以示購買，當商企接受款項後，雙方便達成交易合同。

除此之外，由於在民事法律關係中，澳門《民法典》是採用合同自由原則，即雙方當事人可自行協議交易的方式和內容，亦可自行選擇交易的對象。可見，消費者購買商品或服務，根據合同自由原則，其可以自由選擇光顧任何一間商企，亦有權與對方商討交易的內容和方式。

雖然法律賦予當事人訂立合同的自由，但這種自由只限於在訂立合同前。根據《民法典》第400條第1款規定，當雙方達成合同後，雙方都要尊重合同精神，並切實履行合同。例如消費者向商企購買一件商品，雙方可以議定商品的款式、交易金額、交付方式等內容。但當雙方達成交易合同後，消費者便要依據約定的價錢向商企支付費用，商企亦要履行合同向消費者提供商品。如果消費者在交易後想更換另一款式或退款，根據《民法典》上述同一規定，除非雙方有事前協定，否則便要雙方同意方可換貨或取消交易，以保障雙方的權利和社會交易秩序的穩定。當然，倘商品或服務存有瑕疵，法律亦會保障消費者的權利免受損害。④

Geralmente, todos celebram um contrato escrito no momento de adquirir ou alugar um imóvel. É claro que não é só um costume mas também um acto que se rege por lei. No entanto, será que ao consumo em geral também se exige a celebração de contrato escrito?

Nos termos do artigo 211.º do Código Civil, salvo quando a lei exigir que a declaração negocial seja feita de forma especial, as partes podem determinar livremente a forma de transacção, ou seja, o contrato pode ser verbal ou escrito, como transacções diárias que envolvam pequenos montantes: O operador comercial põe para venda um produto indicando nele o preço; O consumidor aceita o preço indicado e pagar o correspondente montante ao operador comercial para adquirir o produto; O contrato de transacção é considerado concluído após o operador comercial receber o referido montante. Além disso, nos termos do Código Civil de Macau, aplica-se o princípio de liberdade contratual à relação jurídica civil, o que significa que, os interessados podem negociar um com outro a forma e o conteúdo da transacção, assim como decidir com quem é que procedem à transacção. Nesse sentido, pode-se entender que, de acordo com o princípio de liberdade contratual, os consumidores têm liberdade de escolher qualquer estabelecimento comercial para adquirir um bem ou serviço, assim como podem negociar com o operador comercial o conteúdo e a forma da transacção.

Porém, apesar de ser concedida por lei, a liberdade de celebração de contrato só pode ser gozada até a assinatura de contrato. De acordo com a alínea 1) do artigo 400.º do Código Civil, ambas as partes devem respeitar o espírito de contrato e executá-lo efectivamente após o celebrar, como o exemplo a seguir apresentado: Um consumidor manifesta a vontade de adquirir um bem junto do operador comercial. Nesse momento, as partes podem negociar o conteúdo do contrato como o modelo do bem, o valor de transacção e a forma de pagamento. No entanto, quando celebrado o contrato, cabe ao consumidor pagar o montante combinado ao operador comercial, enquanto este deve entregar-lhe o bem em causa conforme o contrato. Se o consumidor quiser trocar por outro modelo ou até mesmo o reembolso após a transacção, de acordo com a disposição legal acima mencionada, é necessário o consentimento das partes para tal efeito, salvo houver acordo prévio, de modo a salvaguardar os direitos das partes e a estabilidade da ordem social. É claro que, se verificar o bem ou serviço defeituoso, também existem disposições legais para assegurar que os direitos dos consumidores não sejam lesados.